



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Patrimônio

# ANEXO E

## PEÇAS PROCESSUAIS JUNTO AO





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL**  
Presidência



**Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI**

**Processo nº:** 00391-00004958/2020-39

**Parecer Técnico nº:** 543/2020 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (49667551)

**Interessado:** SENADO FEDERAL

**CNPJ:** 00.530.279/0001-15

**Endereço:** Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte - DF

**Coordenadas Geográficas:** 15°47'35.28"S, 47°51'51.11"O

**Bacia Hidrográfica:** Rio Paranoá

**Porte:** Pequeno

**Potencial Poluidor:** Alto

**Registro no CAR:** Não se Aplica

**Atividade Licenciada:** Ponto de Abastecimento

**Prazo de Validade:** 1 (um) ano

**I – DAS INFORMAÇÕES GERAIS:**

1. A publicação da presente Autorização Ambiental deverá ser feita no **Diário Oficial do Distrito Federal e em periódico de grande circulação** em até 30 (trinta) dias corridos, subsequentes à data da assinatura desta, obedecendo ao previsto na Lei Distrital nº 041/89, artigo 16, § 1º;
2. O descumprimento do “**ITEM 1**”, sujeitará o interessado a suspensão da presente Autorização Ambiental, conforme previsto no Art. 19 da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, até que seja regularizada a situação;
3. A partir do 31º dia de emissão, a presente Autorização Ambiental só terá eficácia se acompanhada das publicações exigidas no “**ITEM 1**”;
4. Os comprovantes de publicidade da presente Licença devem ser protocolizados com destino à Central de Atendimento ao Cidadão - CAC, respeitado o prazo previsto no “**ITEM 1**”;
5. O IBRAM, observando o disposto no Art. 19 da Resolução CONAMA n.º 237/97, poderá alterar, suspender ou cancelar a presente Autorização Ambiental;
6. Qualquer alteração nos projetos previstos para a atividade deverá ser precedida de anuência documentada deste Instituto;
7. O IBRAM deverá ser comunicado, imediatamente, caso ocorra qualquer acidente que venha causar risco de dano ambiental;
8. Deverá ser mantida no local onde a atividade está sendo exercida, uma cópia autenticada ou o original da Autorização Ambiental;



9. Esta Autorização não dispensa a exigência de outros licenciamentos e permissões perante demais órgãos da esfera Distrital ou Federal;
10. A presente Autorização Ambiental está sendo concedida com base nas informações prestadas pelo interessado;
11. Outras CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES poderão ser exigidas por este Instituto a qualquer tempo.

## II – DAS OBSERVAÇÕES:

1. As condicionantes da Autorização Ambiental nº **60/2020**, foram extraídas do Parecer Técnico nº 543/2020 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (49667551), do Processo nº **00391-00004958/2020-39**.

## III – DAS CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES:

1. Concede-se a presente Autorização Ambiental, com base nas informações constantes no processo de licenciamento ambiental n.º 00391-00004958/2020-39, para remoção de sistema de abastecimento subterrâneo de combustíveis, para a razão social **Senado Federal - Diretoria Geral (00530.279/0001-15)**, onde serão retirados 4 tanques, sendo todos plenos, com capacidade total de armazenamento de 60 m³ e demais equipamentos do SASC;
2. A empresa responsável por receber os resíduos perigosos Classe I gerados, bem como os tanques subterrâneos, deverão possuir licença ambiental no órgão ambiental competente;
3. Durante toda a operação de remoção deverá ser monitorada a presença de vapores inflamáveis (explosividade) na área de segurança – Para os tanques onde era armazenada gasolina, o Limite Inferior de explosividade (LIE) considerado deve ser 7,6%. Para demais tanques o LIE deve ser 10%;
4. Em todas as atividades de substituição dos tanques subterrâneos, a área de tancagem deve ser tratada com os mesmos critérios de uma área contaminada, devendo se tomar todos os cuidados necessários em relação a saúde dos trabalhadores e segurança do meio ambiente;
5. Realizar a desativação, remoção, destinação, preparação e adaptação de tanques subterrâneos usados conforme a ABNT NBR 14.973:2010;
6. Seguir o que se encontra determinado no Plano de Desativação apresentado;
7. Apresentar, **ao término da obra**, os comprovantes de coleta/destinação dos tanques e efluentes oleosos oriundos da limpeza do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível – SASC, realizado por empresa especializada e devidamente licenciada;
8. Apresentar, **ao término da obra**, o Relatório, com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART abrangendo os documentos relacionados abaixo:
  1. Certificado emitido pelo INMETRO, ou empresa por ele credenciada, de que a empresa é apta para o serviço de retirada do sistema de armazenamento subterrâneo de combustíveis - SASC conforme o PT INMETRO n.º 009/2011;
  2. Certificado emitido pelo INMETRO, ou empresa por ele credenciada, de que a obra foi executada em conformidade com as normas técnicas, neste certificado deverá constar a quantidade de tanques removidos e sua capacidade nominal;
  3. Registro Descritivo e Fotográfico da obra, apresentando o antes, durante e depois do serviço executado;
  4. Relatório de Investigação de Passivo Ambiental Confirmatória (em conformidade com as normas técnicas) e Laudo atestando a retirada dos tanques, acompanhado de estudo de fundo de cava, na impossibilidade de retirada apresentar justificativa em conformidade com a ABNT NBR 14.973:2010;



9. Isolar as áreas que estiverem em obras com barreiras físicas (tapumes) durante a realização dos trabalhos, garantindo a segurança dos transeuntes e possibilitando o acesso a essas dependências somente a pessoas autorizadas;
10. Depositar os resíduos de construção civil gerados durante a reforma do empreendimento em local indicado pelo SLU;
11. A presente licença está sendo concedida com base nas informações constantes do processo e não dispensa e nem substitui, outros alvarás ou certidões exigidas pela Legislação Federal ou Distrital;
12. Qualquer alteração no projeto que implicar na modificação do tombamento, deverá ser solicitada a autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
13. Toda e qualquer alteração no projeto aprovado do empreendimento deverá ser solicitada/requerida junto a este Órgão. Caso haja qualquer modificação no cronograma da obra e/ou nos planejamentos da reforma, comunicar a este Instituto e apresentar as novas plantas a serem anexadas ao processo;
14. O BRASÍLIA AMBIENTAL reserva-se no direito de revogar a presente licença no caso de descumprimento de suas condicionantes, exigências, restrições ou de qualquer ação que fira a legislação ambiental vigente, assim como, a omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiam a sua expedição, ou superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

**CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS**

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - BRASÍLIA AMBIENTAL  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS - Matr. 1695059-3, Presidente do Brasília Ambiental**, em 09/11/2020, às 15:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **50399427** código CRC= **F4595F00**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

"O Brasília Ambiental adota os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS"  
SEPN 511 - Bloco C - Edifício Bittar - 1º andar - Bairro Asa Norte - CEP 70750543 - DF  
3214-5601

00391-00004958/2020-39

50399427

Doc. SEI/GDF





## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Licenciamento V

Informação Técnica n.º 56/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V

Brasília-DF, 12 de abril de 2021.

**INTERESSADO:** Senado Federal - Diretoria Geral (00530.279/0001-15)**ENDEREÇO DA ATIVIDADE:** Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte - DF **CEP:** 70100-000**CAR:** Não se aplica**BACIA HIDROGRÁFICA:** Rio Paranoá**COORDENADAS:** 15°47'35.28"S, 47°51'51.11"O**ATIVIDADE LICENCIADA:** Posto de Abastecimento de Combustíveis**CNAE:** 84.11-6-00 - Administração pública em geral**POTENCIAL POLUIDOR:** Alto**PORTE:** Pequeno**TIPO DO REQUERIMENTO:** Não aplicável (atividade encerrada)**DATA DO REQUERIMENTO:** 25/03/2021 (Ofício 29/2021 - Doc SEI nº 58734358)**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** : servicosmetta@gmail.com; leandro@vippasi.com**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Avenida Manchester, nº 1837, Novo Mundo **CEP:** 74703 - 010**CONTATO TELEFÔNICO:** (62) 3806-8116**1. INTRODUÇÃO**

Trata-se de manifestação em resposta ao Ofício 29/2021 - Doc SEI nº 58734358 impetrado pelo interessado neste Instituto em 25/03/2021, o qual solicita declaração atendimento das condicionantes da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI, em nome de Senado Federal, para fins de conclusão do objeto licitatório.

Objetiva-se avaliar o cumprimento do empreendimento às condicionantes, exigências e restrições da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI (50399427) e às normas técnicas relativas à questão, tendo com escopo os documentos acostados ao processo.

**2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

A localização do Posto de Abastecimento de Combustíveis onde foram encerradas as atividades é no Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte (**Figura 1**).

De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, estabelecido pela Lei Complementar nº 803/2009 e sua alteração pela Lei Complementar nº 854/2012 de 15 de outubro de 2012, os lotes estão inseridos na Zona Urbana do Conjunto Tombado – ZUCT.

Segundo o Mapa Ambiental do Distrito Federal (2014), o ponto de abastecimento não se encontra inserido em nenhuma unidade de conservação, mas considerando um raio de 3 km encontram-se: o Parque Bosque dos Tribunais, Parque Bosque dos Constituintes, Parque de Uso Múltiplo Vila Planalto, Parque de Uso Múltiplo da Enseada Norte, além da Área de Proteção Ambiental - APA do Lago Paranoá.

De acordo com o Mapa Hidrográfico do DF de 2016, o empreendimento encontra-se na Unidade Hidrográfica Lago Paranoá, na Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, na Região Hidrográfica do Rio Paraná.



**Figura 1 - Localização do Empreendimento.** Data da imagem:30/10/2019. Fonte: *Google Earth Pro*.

**ASPECTOS LEGAIS**

3.1. Leis, Decretos, Resoluções e Instruções Normativas

- Lei Federal nº 6.938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;
- Lei Federal nº 9.605/1998 - Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 99.274/1990 - Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências;
- Lei Orgânica do Distrito Federal/1993 e suas alterações;
- Lei Distrital nº 3.651/2005 - Dispõe sobre a coleta, destinação final e reutilização de embalagens, garrafas plásticas e pneumáticos;
- Lei Distrital nº 41/1989 - Dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal e dá outras providências;
- Lei Distrital nº 5.418/2014 - Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 803/2009 - Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 854/2012 - Atualiza a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 948/2019 - Aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 12.960/1990 - Aprova o regulamento da Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal, e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 18.328/1997 - Altera o Decreto nº 5.631, de 27 de novembro de 1990, que aprova o novo Regulamento para Instalações Prediais de Esgotos Sanitários no Distrito Federal, e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 39.469/2018 - Dispõe sobre a autorização de supressão de vegetação nativa, a compensação florestal, o manejo da arborização urbana em áreas verdes públicas e privadas e a declaração de imunidade ao corte de indivíduos arbóreos situados no âmbito do Distrito Federal;
- Decreto Distrital nº 40.528/2020 - Estabelece ponto facultativo no âmbito da administração pública direta e indireta do Distrito Federal, e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 40.546/2020 - Dispõe sobre o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório, para os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a partir de 23 de março de 2020, como medida necessária à continuidade do funcionamento da administração pública distrital, em virtude da atual situação de emergência em saúde pública e pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 40.776/2020 - Altera o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório, para os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a partir de 23 de março de 2020, como medida necessária à continuidade do funcionamento da administração pública distrital, em virtude da atual situação de emergência em saúde pública e pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências;
- Resolução CONAMA nº 237/1997 - Dispõe sobre as diretrizes para o licenciamento ambiental;
- Resolução CONAMA nº 273/2000 - Dá diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis;
- Resolução CONAMA nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA nº 381/2001 - Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento;
- Resolução CONAMA nº 362/2005 - Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado;
- Resolução CONAMA nº 357/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água, diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências;
- Resolução CONAMA nº 420/2009 - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas;
- Resolução CONAMA nº 430/2011 - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;
- Instrução Normativa nº 114/2014 - Dispõe sobre o Cadastro de Empresas e Profissionais Prestadores de Serviço de Consultoria Ambiental do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) e dá outras providências;
- Instrução Normativa IBRAM nº 10/2020 - Dispõe sobre o regime de teletrabalho excepcional, de que trata o Decreto nº 40.456/2020, no âmbito do Brasília Ambiental, e dá outras providências;
- Instrução Normativa IBRAM nº 13/2020 - Suspende, excepcionalmente, as vistorias técnicas no âmbito das análises dos processos de licenciamento/autorização ambiental e estabelece metodologia para emissão de Licença/Autorização Ambiental em caráter temporário;
- Instrução Normativa IBRAM nº 17/2020 - Estabelece, excepcionalmente, o regime de teletrabalho como preferencial, no âmbito do BRASÍLIA AMBIENTAL, enquanto perdurarem as medidas de isolamento social e restrições impostas por Decreto do Governador do Distrito Federal à Administração Pública.

3.2. Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

- NBR 7.821:1993 – Tanques soldados para armazenamento de petróleo e derivados.
- NBR 10.004:2004 – Resíduos Sólidos - Classificação.
- NBR 12.235:1992 – Armazenamento de resíduos sólidos perigosos - Procedimento.
- NBR 11.174:1990 – Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III - inertes.
- NBR 13.783:2014 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Instalação dos componentes do sistema de armazenamento subterrâneo de combustíveis (SASC).
- NBR 13.787:2013 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Procedimentos de controle de estoque dos sistemas de armazenamento subterrâneo de combustíveis (SASC).
- BR 14.605:2009 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Sistema de Drenagem Oleosa (SDO).
- BR 14.722:2011 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Tubulação não metálica subterrânea – Polietileno.
- BR 14.867:2011 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Tubo metálico flexível — Requisitos de desempenho.





- NBR 14.973:2010 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Desativação, remoção, destinação, preparação e adaptação de tanques subterrâneos usados.
- NBR 15.005:2009 – Armazenamento de líquidos combustíveis e inflamáveis - Válvula antitransbordamento.
- NBR 15.015:2014 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Válvulas de boia flutuante.
- NBR 15.118:2011 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Câmaras de Contenção e dispositivos associados.
- NBR 15.138:2014 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Dispositivo para descarga selada.
- NBR 15.139:2014 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Válvula de retenção instalada em linhas de sucção.
- NBR 15.428:2014 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Critérios e procedimentos para serviços de manutenção de unidade abastecedora.
- NBR 15.456:2016 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Construção e ensaios de unidade abastecedora.
- NBR 15.594:2008 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Posto revendedor de combustível veicular (serviços).
- NBR 15.776-1:2009 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Parte 1: Seleção de equipamentos e infraestrutura para sistemas de armazenamento aéreo de combustíveis (SAAC).
- NBR 15.515:2007 – Passivo Ambiental em Solo e Água Subterrânea.
- NBR 16.619:2017 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Criação de espaço intersticial a partir da construção de parede dupla interna não metálica em tanques de paredes simples, para armazenamento de líquido e combustível instalados em SASC.
- NBR 17.505:2013 – Armazenamento de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis.

### 3.3. Portarias do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO

- Portaria INMETRO 185/2003 – Certificação de tanques subterrâneos;
- Portaria INMETRO 186/2003 – Certificação de tubulação não metálica;
- Portaria INMETRO 037/2005 – Certificação de componentes do sistema de descarga;
- Portaria INMETRO 259/2008 – Certificação de serviço de ensaio de estanqueidade em instalações subterrâneas;
- Portaria INMETRO 117/2009 – Certificação de tanques aéreos;
- Portaria INMETRO 009/2011 – Certificação de serviço de retirada e instalação de SASC.

## 4. **VISTORIA TÉCNICA**

Em 04 de março de 2021, foi publicada a Instrução Normativa nº 10, de 1º de março de 2021, que suspendeu, excepcionalmente, as vistorias técnicas no território das análises dos processos de licenciamento/autorização ambiental e estabeleceu a metodologia para emissão de Licença/Autorização Ambiental em caráter temporário. Esta instrução estabeleceu a emissão de Autorização/Licença Ambiental em caráter temporário, excepcionalmente, enquanto estiver vigente o regime de teletrabalho previsto na Instrução Normativa nº 09/2021.

Conforme artigo 2º, parágrafo 1º, da IN nº 10/2021, a Licença Ambiental temporária "*será emitida quando a avaliação de impacto ambiental puder ser feita a partir dos estudos e documentos técnicos juntados ao processo, com o auxílio da bases de dados oficiais, mas, ainda assim, a realização de uma vistoria técnica for indicada para o caso específico*". Ainda na IN, artigo 2º, parágrafo 2º, inciso I, é estabelecido que na emissão da Licença Ambiental em caráter temporário, o servidor responsável pela análise, emitirá Parecer Técnico opinando pela concessão do ato autorizativo, recomendando a realização de vistoria a posteriori.

## 5. **HISTÓRICO E ANÁLISE TÉCNICA PROCESSUAL**

Em 09 de novembro de 2020 foi emitida a Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI (50399427), subsidiada pelo Parecer Técnico SEI-GDF n.º 543/2020 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (49667551).

Constam os seguintes documentos protocolados nos autos do processo em tela com o objetivo de cumprir as condicionantes, exigências e restrições da referida AA relevantes para a análise:

- i. Publicação de recebimento de AA no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF e em periódico de grande circulação dia 25/11/2020 (57574808);
- ii. Relatório de Investigação de Passivo Ambiental - RIPA (57575142);
- iii. Laudo de avaliação de fundo de cava (57575672);
- iv. Laudo nº 237/2020 atestando a execução de limpeza e destinação dos 4 tps subterrâneos de 15m² removidos (58325320);
- v. Relatório de obra com ART (58325490 e 58325543).

Consta o Ofício 29/2021 - Doc SEI nº 58734358 impetrado pelo interessado neste Instituto em 25/03/2021, o qual solicita declaração atendimento das condicionantes da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI, em nome de Senado Federal, para fins de conclusão do objeto licitatório. Logo, o presente documento técnico objetiva-se avaliar o cumprimento do empreendimento às condicionantes, exigências e restrições da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI (50399427) e às normas técnicas relativas à questão, tendo com escopo os documentos acostados ao processo, conforme descrito no item 5.1, a seguir.

### 5.1. **Do cumprimento das condicionantes, exigências e restrições da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI (50399427)**

1. "*Concede-se a presente Autorização Ambiental, com base nas informações constantes no processo de licenciamento ambiental n.º 00391-00004958/2020-39, para remoção de sistema de abastecimento subterrâneo de combustíveis, para a razão social Senado Federal - Diretoria Geral (00530.279/0001-15), onde serão retirados 4 tanques, sendo todos plenos, com capacidade total de armazenamento de 60 m³ e demais equipamentos do SASC*". **Informativa.** Constam nos autos do referido processo estudos referente a remoção dos quatro tanques subterrâneos.
2. "*A empresa responsável por receber os resíduos perigosos Classe I gerados, bem como os tanques subterrâneos, deverão possuir licença ambiental no órgão ambiental competente*". **Informativa.** Consta o Doc. SEI nº 58325320 Laudo nº 237/2020, emitido por empresa não licenciada - Sator Comércio de Combustíveis e Serviços LTDA., atestando a execução de limpeza e destinação dos 4 tps subterrâneos de 15m² removidos.

*durante toda a operação de remoção deverá ser monitorada a presença de vapores inflamáveis (explosividade) na área de segurança – Para os tanques onde era armazenada gasolina, o Limite Inferior de explosividade (LIE) considerado deve ser 7,6%. Para demais tanques o LIE deve ser 10%".* **Orientativa.**



4. "Em todas as atividades de substituição dos tanques subterrâneos, a área de tancagem deve ser tratada com os mesmos critérios de uma área contaminada, devendo se tomar todos os cuidados necessários em relação a saúde dos trabalhadores e segurança do meio ambiente". **Orientativa.**
5. "Realizar a desativação, remoção, destinação, preparação e adaptação de tanques subterrâneos usados conforme a ABNT NBR 14.973:2010". **Orientativa.**
6. "Seguir o que se encontra determinado no Plano de Desativação apresentado". **Orientativa.**
7. "Apresentar, ao término da obra, os comprovantes de coleta/destinação dos tanques e efluentes oleosos oriundos da limpeza do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível – SASC, realizado por empresa especializada e devidamente licenciada". **Não Cumprido.** Consta o Doc. SEI nº 58325320 Laudo nº 237/2020, emitido por **empresa não licenciada - Sator Comércio de Bombas e Serviços LTDA.**, atestando a execução de limpeza e destinação dos 4 tqs subterrâneos de 15m<sup>2</sup> removidos. Não consta o comprovante de coleta e destino dos resíduos oleosos oriundos da limpeza do SASC. Apenas é citado no Laudo de destinação dos tanques que a empresa DMS Ambiental é a empresa responsável pela destinação dos resíduos.
8. "Apresentar, ao término da obra, o Relatório, com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART abrangendo os documentos relacionados abaixo: **(1)** Certificado emitido pelo INMETRO, ou empresa por ele credenciada, de que a empresa é apta para o serviço de retirada do sistema de armazenamento subterrâneo de combustíveis - SASC conforme o PT INMETRO n.º 009/2011; **(2)** Certificado emitido pelo INMETRO, ou empresa por ele credenciada, de que a obra foi executada em conformidade com as normas técnicas, neste certificado deverá constar a quantidade de tanques removidos e sua capacidade nominal; **(3)** Registro Descritivo e Fotográfico da obra, apresentando o antes, durante e depois do serviço executado; **(4)** Relatório de Investigação de Passivo Ambiental Confirmatória (em conformidade com as normas técnicas) e Laudo atestando a retirada dos tanques, acompanhado de estudo de fundo de cava, na impossibilidade de retirada apresentar justificativa em conformidade com a ABNT NBR 14.973:2010". **Cumprido Parcialmente.** Itens 1, 2 e 3: Consta o Relatório de obra com ART executado pela empresa VIPPASI ENGENHARIA LTDA.-ME (58325490 e 58325543) contemplando o registro descritivo e fotográfico da obra, apresentando o antes, durante e depois do serviço executado. Não constam os certificados expedidos pelo INMETRO e após consulta no sítio eletrônico <http://registro.inmetro.gov.br/consulta/> verificou-se que não há nenhum registro da referida empresa; Item 4: Consta o Relatório de Investigação de Passivo Ambiental - RIPA (57575142) e o Laudo de avaliação de fundo de cava (57575672). **As considerações acerca dos referidos estudos encontram-se no item 5.2 da presente informação técnica.**
9. "Isolar as áreas que estiverem em obras com barreiras físicas (tapumes) durante a realização dos trabalhos, garantindo a segurança dos transeuntes e possibilitando o acesso a essas dependências somente a pessoas autorizadas;". **Orientativa.**
10. "Depositar os resíduos de construção civil gerados durante a reforma do empreendimento em local indicado pelo SLU". **Orientativa.**
11. "A presente licença está sendo concedida com base nas informações constantes do processo e não dispensa e nem substitui, outros alvarás ou certidões exigidas pela Legislação Federal ou Distrital". **Informativa.**
12. "Qualquer alteração no projeto que implique na modificação do tombamento, deverá ser solicitada a autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN". **Informativa.**
13. "Toda e qualquer alteração no projeto aprovado do empreendimento deverá ser solicitada/requerida junto a este Órgão. Caso haja qualquer modificação no cronograma da obra e/ou nos planejamentos da reforma, comunicar a este Instituto e apresentar as novas plantas a serem anexadas ao processo". **Informativa.**
14. "O BRASÍLIA AMBIENTAL reserva-se no direito de revogar a presente licença no caso de descumprimento de suas condicionantes, exigências, restrições ou de qualquer ação que fira a legislação ambiental vigente, assim como, a omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiam a sua expedição, ou superveniência de graves riscos ambientais e de saúde". **Informativa.**

## 5.2. Acerca da Investigação de passivo ambiental

Foram apresentados os estudos ambientais Relatório de Investigação de Passivo Ambiental - RIPA (57575142) e o Laudo de avaliação de fundo de cava (57575672). Seguem algumas considerações acerca dos referidos estudos apresentados:

### 1. Avaliação Preliminar:

#### Estudo histórico e inspeção de reconhecimento da área

Não constam presentes todas as informações do histórico da ocupação da área e das atividades nela desenvolvidas, inclusive os usos pregressos e a correlação com os bens a proteger. Nenhuma imagem foi apresentada para o levantamento temporal da área e de seu entorno.

Não foi citado no histórico do empreendimento quando as atividade de posto de abastecimento e demais atividades consideradas como áreas fonte de contaminação se iniciaram na área em estudo e quando as mesmas foram encerradas ou se permanecem ativas. É necessário caracterizar todas as atividades já desenvolvidas e em desenvolvimento na área sob avaliação, de forma que seja possível identificar todas as áreas fonte, as fontes potenciais de contaminação e as fontes primárias de contaminação) e por consequência, constatar evidências, indícios ou fatos que permitam suspeitar da existência de contaminação.

Não consta a informação do estado de conservação dos sistemas e equipamentos implantados e de sua operacionalidade quando em atividade. Nada foi informado sobre a pista de abastecimento do posto de abastecimento de combustível, se haviam canaletos de contenção circundando a área, se o solo era impermeabilizado e se possuía Sistema de Drenagem Oleosa instalada. Além disso, é imprescindível constar o croqui com todos os equipamentos do tanque de armazenamento, as linhas/tubulações (aéreas e subterrâneas), a localização das unidades abastecedoras, sistema de drenagem oleosa, área de lubrificação e de lavagem da frota, caso possuía ou ainda possua, dentre outras áreas fonte de contaminação, as fontes potenciais de contaminação e as fontes primárias de contaminação.

Não há mapeamento das redes de tubulações e drenagem;

Não consta a informação de qual era o volume médio mensal de combustível movimentado quando estava operante;

Não foi informado qual era o destino das águas residuárias provenientes das atividade desenvolvidas. É importante informar se alguma prática relacionada à infiltração de efluentes no subsolo era adotada e quais eram os sistemas de condução;

Não consta o zoneamento do local;

Não foi informado acerca de alguma restrição de uso e situação legal da área;

Não foi informado se a área possui ou não relevante risco geotécnico;

Nada se falou acerca da circunvizinhança da área (citar conforme item 5.2.2.5.2 e 5.2.2.5.5 da norma NBR 15.515:2007- parte 1).

Não consta informado qual será o uso atual da área.

Não consta a informação da existência anterior de outra fonte potencial de contaminação na área.

No item 8.1.1 "Levantamento do histórico de contaminação da instalação" do estudo apresentado (Doc. SEI nº 57575142) é afirmado que não há indicação de existência de um cenário de contaminação ambiental. Contudo, o estudo de cava apresentado (Doc SEI nº 57575672) constatou em suas próprias ões: "Os resultados laboratoriais das amostras dos solos que foram retirados das cavas detectaram valores para os parâmetros em PAH aos quais s abaixo, no entanto todos os valores abaixo dos valores de intervenção estabelecidos pela CETESB: Cava (Tanque 1): Detectou valores para PAH reno); Cava (Tanque 2): Detectou valores para PAH (Fluoreno e Fenantreno); Cava (Tanque 3): Detectou valores para PAH (Fluoreno e Fenantreno); Cava





(Tanque 4): Detectou valores para PAH (Fluoreno, Fenantreno, Pireno e Criseno)". Ressalta-se que os dados constantes na tabela 4 "Resultados analíticos das amostras de solo para PAH BTEX coletados no dia 16/01/2021" (Doc. SEI nº 57575142pág. 20) foram transcritos sem nenhum tratamento (conversão de unidade) diretamente das planilhas de resultados do laboratório PROMATEC Análises Ambientais. No entanto, não interfere em concluir que todos os valores estão abaixo dos valores de intervenção estabelecidos pela CETESB, mas que cabe um detalhamento melhor e que o modelo conceitual do estudo de investigação de passivo ambiental da área deve considerar estes pontos para a realização das sondagens.

#### Estudo sob o meio físico:

Não há informações constante nos estudos apresentados acerca da caracterização pedológica do local.

Há indicação da textura do solo "silte argiloso avermelhado", em toda sua extensão até 10,50 metros através das sondagens realizadas na área (págs. 31 a 33 do Doc. SEI nº 54180907).

É relevante contemplar, no estudo sob o meio físico do local, dados relativos à natureza e características da fonte de contaminação e o comportamento dos contaminantes, quais as vias de propagação e dados indicativos da presença ou não de contaminação na área e adjacências e informações sobre as ações adotadas em relação à avaliação da área. Também deverá constar a variação do nível da água subterrânea na área e o nível sazonalmente mais elevado da água subterrânea.

Salienta-se, para o levantamento do modelo conceitual da área em estudo, deve-se considerar os principais componentes conforme a norma NBR 15.515:2007- parte 1:

- a) as fontes potenciais de contaminação (instalações e equipamentos, área de armazenamento do produto e sua manipulação, área de disposição de resíduos, sistema de tratamento, etc);
- b) os mecanismos de liberação dos contaminantes (vazamentos, derramamentos, etc);
- c) as vias de transporte dos contaminantes no meio (por exemplo, infiltração no solo, volatilização de vapores do solo, transporte pela água subterrânea, dispersão pela água superficial, entre outros);
- d) os receptores da contaminação e bens a proteger (por exemplo, existentes ou que tenham existido na área ou no entorno, como trabalhadores no local (permanentes ou temporários), moradores, áreas residenciais, comércio, indústria, corpos hídricos etc.).

## 2. Investigação confirmatória:

A estratégia abordada nos estudos para o direcionamento e posicionamento das amostragens de solo, água subterrânea foi o método de mapeamento de gases e vapores Soil Gas Survey (SGS). No sumário executivo do estudo é informado que a campanha de medição de VOC foi realizada na área da Borracharia totalizando 60 (sessenta) perfurações, nas profundidades de 0,50m e 1,00m. Contudo, no item 8.3.1 "Campanha de VOC na área do empreendimento" foi relatado que os furos foram feitos nos pontos com maior probabilidade de ocorrência de vazamento de combustíveis e uma avaliação completa de todo o empreendimento, não sendo locado estes pontos em croqui. É importante que conste neste croqui o posicionamento de todas as fontes potenciais de contaminação indicadas em cada área fonte de contaminação relativa às atividades já desenvolvidas e/ou em desenvolvimento.

No estudo de fundo de cava dos quatro tanques subterrâneos também foram feitas as medições de VOC a profundidades variando entre 2,27m e 3,54m.

Não é citado qual o equipamento foi utilizado para a detecção dos gases e nem constam dados da certificação e calibração do mesmo. Apenas no estudo de fundo de cava foi citado que foi utilizado um Detector de Sensores Catalíticos de Compensação, mas não informa qual exatamente foi o equipamento e nem possui dados de sua certificação e calibração.

Eis algumas orientações acerca da metodologia de pré-screening adotada:

- O uso do SGS para análise de VOCs em solo pouco permeável geram grande número de falsos negativos. Uma vez que o solo é perfurado, a ponteira é inserida de imediato e realizada a medida de VOC. No entanto, se o solo é pouco permeável, os VOCs demoram mais para introduzir-se no furo, e consequentemente, não serão detectados pelo equipamento utilizado. Ressalta-se que existem outras técnicas e outras metodologias que podem ser utilizadas para sanar estes problemas decorrente ao meio físico do local em relação à substância química de interesse investigada. Recomenda-se, para complemento da metodologia usada, o uso de outras técnicas de resposta rápida que podem ser aplicadas conforme disposto da norma ABNT NBR 15.515-2 em todas as áreas considerada fonte de contaminação e fontes primárias de contaminação identificadas na etapa de avaliação preliminar. Também, uma nova proposta pode ser sugerida de forma a solucionar estes quesitos relatados, inclusive nova metodologia de amostragem com o uso do próprio equipamento utilizado para o mapeamento de gases e vapores, mas que envolva amostradores/materiais e/ou técnicas que sejam aplicáveis ao tipo de solo da área.

- A delimitação da malha de VOC ou o uso de outra técnica apropriada deverá abranger as áreas fontes potencial e primárias de contaminação identificadas na etapa de avaliação preliminar. Não foi possível identificar no estudo elaborado relevância dos equipamentos associados às atividades desenvolvidas na área, por exemplo: as tubulações, as unidades abastecedoras, o Sistema de drenagem oleosa - SDO, inclusive a os Sistemas separadores de água e óleo - SSAOs, a área de lavagem de automóveis, área de lubrificação, área de oficinas, armazenagem de OLC e demais resíduos perigosos, etc. Ressalta-se que para se obter uma investigação satisfatória, o modelo conceitual deverá estar bem conciso.

Quanto às sondagens realizadas, a única informação que há é a textura do solo em toda sua extensão até 10,50 metros está indicado como argiloso avermelhado. Ressalta-se que, as sondagens realizadas devem constar a representação do perfil, indicando a litologia ou materiais observados (definidos a partir de observações em campo e de análises granulométricas), a espessura dessas camadas, as unidades hidroestratigráficas identificadas, a profundidade do nível d'água, os resultados de medições realizadas em campo e a indicação das profundidades de amostragem para análises químicas e para determinação das propriedades físicas do meio. Não consta o perfil litológico-constitutivos de poços de monitoramento e pelas imagens registradas e ausência de informação no estudo observa-se que não houve o desenvolvimento do poço de monitoramento conforme as normas vigentes, ficando comprometida a amostragem realizada para solos e água subterrânea. Recomenda-se que, durante a adequada instalação dos poços de monitoramento, a seção filtrante seja instalada na unidade hidroestratigráficas de fluxo preferencial da água. Não consta, também, a localização em croqui dos pontos das sondagens. É importante que conste neste croqui o posicionamento de todas as fontes potenciais de contaminação indicadas em cada área fonte de contaminação relativa às atividades já desenvolvidas.

Salienta-se que o plano de amostragem deverá ser desenvolvido com base no modelo conceitual que contemple os seguintes tópicos:

- identificação das atividades suspeitas ou com relevante potencial de contaminação que foram desenvolvidas na área ao longo do histórico de ocupação;
- identificação das substâncias contaminantes potenciais;
- identificação e caracterização das fontes potenciais ou reais de contaminação que existam, ou existiram, no local durante todo o período de utilização da área;
- identificação dos possíveis mecanismos de liberação dos contaminantes a partir de cada fonte primária identificada;
- identificação dos possíveis mecanismos de migração através dos meios afetados (solo, água subterrânea, água superficial, biota, sedimentos e
- identificação das possíveis fontes secundárias de contaminação;



- identificação dos mecanismos de liberação dos contaminantes a partir de cada uma das fontes secundárias;
- identificação dos receptores existentes e bens existentes a proteger ou que tenham existido, na área ou no seu entorno;
- plantas ou croquis com a evolução da ocupação da área, identificando a localização das fontes suspeitas ou de relevante potencial sobre as quais já se tenha conhecimento nesta etapa dos trabalhos.

Eis a seguir algumas orientações conforme as normas vigentes aplicada ao tema:

- Deverá constar a seleção das técnicas de perfuração e de instalação de poços de monitoramento utilizadas para a coleta de amostra dos solos e das águas subterrâneas;
  - Citar os meios que foram amostrados (solo ou águas subterrâneas) e a justificativa para a distribuição dos pontos de amostragem, a profundidade informando a unidade hidroestratigráficas identificadas e representação gráfica da localização dos pontos de amostragem e a ilustração litográfica das sondagens;
  - Quanto ao número de sondagens deverá ser considerado o modelo conceitual da área, o qual deverá contemplar a localização de todas as fontes potenciais de contaminação que foram desenvolvidas na área. Como no estudo não consta este modelo conceitual da área nos moldes das normativas vigentes, não se é possível afirmar o número de sondagens suficientes para se ter uma representatividade aceitável de amostras na área. Deve-se atentar ao que estabelece a norma ABNT NBR 15.515:2007-parte 2: "A quantidade de pontos de amostragem deve ser suficiente, a critério do profissional qualificado e/ou procedimentos legais vigentes, para avaliar a existência ou não de contaminação na área, em todas as fontes suspeitas e locais potencialmente contaminados relevantes";
  - Deverá constar uma ilustração mostrando a localização dos pontos de amostragem com a representação dos resultados analíticos;
  - Deverá constar quais são as técnicas e protocolos de amostragem adotados, preparação e preservação de amostras, cadeias de custódia, amostras de controle de qualidade, métodos analíticos e respectivos limites de quantificação;
- O estudo deverá constar em anexo:
- registro fotográfico da investigação;
  - planta da área, indicando no mínimo a localização das atividades realizadas, as fontes investigadas, as edificações existentes e os bens a proteger;
  - boletins de sondagens de solo e perfis litológicos-estruturais de poços de monitoramento;
  - levantamento topográfico de pontos de amostragem, sondagens e poços de monitoramento;
  - boletins de amostragem de solo e águas subterrâneas;
  - laudos analíticos com cadeia de custódia;
  - certificados de calibração dos instrumentos de medição em campo;
  - Assinatura do estudo e a anotação de responsabilidade técnica (ART).

### 3. Conclusão acerca dos estudos apresentados

Diante do exposto e demais constatações nos estudos apresentados, este corpo técnico entende ser imprescindível a realização de um estudo de investigação de passivo ambiental complementar conforme a Norma ABNT NBR 15.515:2007 para definição conclusiva acerca da existência ou ausência de contaminantes na área total do empreendimento em estudo. Entende-se que o estudo avaliado por esta equipe técnica apresentou-se insatisfatório quanto aos tópicos referente ao modelo conceitual da área pelos motivos já citados e, consequentemente, quanto à realização da investigação confirmatória. Recomenda-se que sejam consideradas as normas ABNT NBR 15.515:2007, NBR 16.434/2015, 15.495/2008, 15.847/2010 e demais normas vigentes aplicadas ao tema. Para este estudo deverá priorizar os seguintes itens complementares:

- Elaborar o modelo conceitual da área conforme explícito no item 5.2 (1) deste documento técnico para subsidiar as ações na etapa seguinte (investigação confirmatória);
- Desenvolver o plano de amostragem com base no modelo conceitual. Observar o que foi descrito no item 5.2 (2) deste documento técnico. Avaliar a necessidade de complementação na etapa de screening na área em estudo, após definir qual a melhor técnica de resposta rápida, conforme disposto na norma ABNT NBR 15.515-2, a ser aplicada, uma vez que foi identificado que o solo é de baixa permeabilidade, para o melhor direcionamento e posicionamento das amostragens de solo. Considerar as áreas edificadas e demais áreas que não foram consideradas no estudo apresentado caso sejam área fonte e primárias de contaminação identificadas na etapa de avaliação preliminar. Também, uma nova proposta pode ser sugerida de forma a solucionar estes quesitos relatados, inclusive nova metodologia de amostragem com o uso do equipamento apropriado para o mapeamento de gases e vapores, mas que envolva amostradores/materiais e/ou técnicas que sejam aplicáveis ao tipo de solo da área; a qual será avaliada pelo corpo técnico do BRASÍLIA AMBIENTAL. Observar o que foi descrito no item 5.2 (2) deste documento técnico.

### 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das observações realizadas pela análise dos documentos apresentados, a equipe técnica do BRASÍLIA AMBIENTAL conclui que o Responsável Legal deverá ser comunicado e este terá o **prazo de 120 (cento e vinte) dias** para providenciar a documentação exigida, ressaltando que caso esta, esteja em desconformidade com as normas vigentes o processo em tela não será encerrado e os autos serão encaminhados à SUFAM para providências cabíveis.

1. Complementação do Relatório de Investigação de Passivo Ambiental (RIPA) em conformidade com a Norma ABNT NBR 15.515:2007. O estudo de investigação deverá abranger a **área total** onde foram identificadas áreas fontes de contaminação. Deverão ser observadas as recomendações e considerações dispostas no Item 5.2 desta Informação Técnica. Caso seja constatada contaminação na área, deverá ser apresentado o estudo detalhado da Investigação, conforme as técnicas dispostas na ABNT NBR nº 15515-3, devendo ser solicitado a este Instituto a dilação de prazo para realização do estudo;
2. Comprovantes de coleta/destinação dos resíduos/efluentes oleosos oriundos da limpeza do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível – SASC;
3. Certificado emitido pelo INMETRO, ou empresa por ele credenciada, de que a empresa VIPPASI ENGENHARIA LTDA é apta para o serviço de retirada do sistema de armazenamento subterrâneo de combustíveis - SASC conforme o PT INMETRO n.º 009/2011;
4. Certificado emitido pelo INMETRO, ou empresa por ele credenciada, de que a obra foi executada em conformidade com as normas técnicas, neste certificado deverá constar a quantidade de tanques removidos e sua capacidade nominal.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIANE VILELA PEREIRA - Matr.0264685-4**,  
**Analista de Atividades do Meio Ambiente**, em 19/04/2021, às 13:57, conforme art. 6º do  
Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº  
180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



28/06/24, 15:42

## SEI/GDF - 59687143 - Informação Técnica



Documento assinado eletronicamente por **FABIANE QUINTÃO DE ALBUQUERQUE - Matr.1689510-X, Assessor(a)**, em 19/04/2021, às 13:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **59687143** código CRC= **6F8F09AF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511, BLOCO C - Bairro Asa Norte - CEP 70750-543 - DF

00391-00004958/2020-39

Doc. SEI/GDF 59687143



[sei.df.gov.br/sei/documento\\_consulta\\_externa.php?id\\_acess](http://sei.df.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acess)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 237F6C5A0063208E.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL**  
Superintendência de Licenciamento Ambiental  
Diretoria de Licenciamento V

Parecer Técnico n.º 804/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V

**INTERESSADO:** Senado Federal - Diretoria Geral (00530.279/0001-15)

**ENDEREÇO DA ATIVIDADE:** Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte - DF **CEP:** 70100-000

**CAR:** Não se aplica

**BACIA HIDROGRÁFICA:** Rio Paranoá

**COORDENADAS:** 15°47'35.28"S, 47°51'51.11"O

**ATIVIDADE LICENCIADA:** Posto de Abastecimento de Combustíveis

**CNAE:** 84.11-6-00 - Administração pública em geral

**POTENCIAL POLUIDOR:** Alto

**PORTE:** Pequeno

**TIPO DO REQUERIMENTO:** Não aplicável (atividade encerrada)

**DATA DO REQUERIMENTO:** 25/03/2021 (Ofício 29/2021 - Doc SEI nº 58734358)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** : servicosmetta@gmail.com; leandro@vippasi.com

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Avenida Manchester, nº 1837, Novo Mundo **CEP:** 74703 - 010

**CONTATO TELEFÔNICO:** (62) 3806-8116

## 1. INTRODUÇÃO

Trata-se de manifestação em resposta ao Ofício 29/2021 - Doc SEI nº 58734358 impetrado pelo interessado neste Instituto em 25/03/2021, o qual solicita declaração atendimento das condicionantes da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI, em nome de Senado Federal, para fins de conclusão do objeto licitatório.

Objetiva-se avaliar o cumprimento do empreendimento às pendências elencadas na Informação Técnica n.º 56/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (59687143) e às normas técnicas relativas à questão, tendo com escopo os documentos acostados ao processo.

## 2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A localização do Posto de Abastecimento de Combustíveis onde foram encerradas as atividades é no Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte (**Figura 1**).

De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, estabelecido pela Lei Complementar nº 803/2009 e sua alteração pela Lei Complementar nº 854/2012 de 15 de outubro de 2012, os lotes estão inseridos na Zona Urbana do Conjunto Tombado - ZUCT.

Segundo o Mapa Ambiental do Distrito Federal (2014), o ponto de abastecimento não se encontra inserido em nenhuma unidade de conservação, mas considerando um raio de 3 km encontram-se: o Parque Bosque dos Tribunais, Parque Bosque dos Constituintes, Parque de Uso Múltiplo Vila Planalto, Parque de Uso Múltiplo da Enseada Norte, além da Área de Proteção Ambiental - APA do Lago Paranoá.

De acordo com o Mapa Hidrográfico do DF de 2016, o empreendimento encontra-se na Unidade Hidrográfica Lago Paranoá, na Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, na Região Hidrográfica do Rio Paraná.



**Figura 1** - Localização do Empreendimento. Data da imagem: 30/10/2019. Fonte: Google Earth Pro.

## ASPECTOS LEGAIS

Leis, Decretos, Resoluções e Instruções Normativas



- Lei Federal nº 6.938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;
- Lei Federal nº 9.605/1998 - Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 99.274/1990 - Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências;
- Lei Orgânica do Distrito Federal/1993 e suas alterações;
- Lei Distrital nº 3.651/2005 - Dispõe sobre a coleta, destinação final e reutilização de embalagens, garrafas plásticas e pneumáticos;
- Lei Distrital nº 41/1989 - Dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal e dá outras providências;
- Lei Distrital nº 5.418/2014 - Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 803/2009 - Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 854/2012 - Atualiza a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 948/2019 - Aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 12.960/1990 - Aprova o regulamento da Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal, e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 18.328/1997 - Altera o Decreto nº 5.631, de 27 de novembro de 1990, que aprova o novo Regulamento para Instalações Prediais de Esgotos Sanitários no Distrito Federal, e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 39.469/2018 - Dispõe sobre a autorização de supressão de vegetação nativa, a compensação florestal, o manejo da arborização urbana em áreas verdes públicas e privadas e a declaração de imunidade ao corte de indivíduos arbóreos situados no âmbito do Distrito Federal;
- Decreto Distrital nº 40.528/2020 - Estabelece ponto facultativo no âmbito da administração pública direta e indireta do Distrito Federal, e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 40.546/2020 - Dispõe sobre o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório, para os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a partir de 23 de março de 2020, como medida necessária à continuidade do funcionamento da administração pública distrital, em virtude da atual situação de emergência em saúde pública e pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências;
- Decreto Distrital nº 40.776/2020 - Altera o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório, para os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a partir de 23 de março de 2020, como medida necessária à continuidade do funcionamento da administração pública distrital, em virtude da atual situação de emergência em saúde pública e pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências;
- Resolução CONAMA nº 237/1997 - Dispõe sobre as diretrizes para o licenciamento ambiental;
- Resolução CONAMA nº 273/2000 - Dá diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis;
- Resolução CONAMA nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA nº 381/2001 - Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento;
- Resolução CONAMA nº 362/2005 - Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado;
- Resolução CONAMA nº 357/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água, diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências;
- Resolução CONAMA nº 420/2009 - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas;
- Resolução CONAMA nº 430/2011 - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;
- Instrução Normativa nº 114/2014 - Dispõe sobre o Cadastro de Empresas e Profissionais Prestadores de Serviço de Consultoria Ambiental do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) e dá outras providências;
- Instrução Normativa IBRAM nº 10/2020 - Dispõe sobre o regime de teletrabalho excepcional, de que trata o Decreto nº 40.456/2020, no âmbito do Brasília Ambiental, e dá outras providências;
- Instrução Normativa IBRAM nº 13/2020 - Suspende, excepcionalmente, as vistorias técnicas no âmbito das análises dos processos de licenciamento/autorização ambiental e estabelece metodologia para emissão de Licença/Autorização Ambiental em caráter temporário;
- Instrução Normativa IBRAM nº 17/2020 - Estabelece, excepcionalmente, o regime de teletrabalho como preferencial, no âmbito do BRASÍLIA AMBIENTAL, enquanto perdurarem as medidas de isolamento social e restrições impostas por Decreto do Governador do Distrito Federal à Administração Pública.

### 3.2. Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

- NBR 7.821:1993 – Tanques soldados para armazenamento de petróleo e derivados.
- NBR 10.004:2004 – Resíduos Sólidos - Classificação.
- NBR 12.235:1992 – Armazenamento de resíduos sólidos perigosos - Procedimento.
- NBR 11.174:1990 – Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III - inertes.
- NBR 13.783:2014 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Instalação dos componentes do sistema de armazenamento subterrâneo de combustíveis (SASC).
- NBR 13.787:2013 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Procedimentos de controle de estoque dos sistemas de armazenamento subterrâneo de combustíveis (SASC).
- NBR 14.605:2009 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Sistema de Drenagem Oleosa (SDO).
- NBR 14.722:2011 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Tubulação não metálica subterrânea – Polietileno.
- BR 14.867:2011 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Tubo metálico flexível — Requisitos de desempenho.



28/06/24, 15:43

SEI/GDF - 75400581 - Parecer Técnico

- NBR 14.973:2010 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Desativação, remoção, destinação, preparação e adaptação de tanques subterrâneos usados.
- NBR 15.005:2009 – Armazenamento de líquidos combustíveis e inflamáveis - Válvula antitransbordamento.
- NBR 15.015:2014 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Válvulas de boia flutuante.
- NBR 15.118:2011 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Câmaras de Contenção e dispositivos associados.
- NBR 15.138:2014 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Dispositivo para descarga selada.
- NBR 15.139:2014 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Válvula de retenção instalada em linhas de sucção.
- NBR 15.428:2014 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Critérios e procedimentos para serviços de manutenção de unidade abastecedora.
- NBR 15.456:2016 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Construção e ensaios de unidade abastecedora.
- NBR 15.594:2008 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Posto revendedor de combustível veicular (serviços).
- NBR 15.776-1:2009 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Parte 1: Seleção de equipamentos e infraestrutura para sistemas de armazenamento aéreo de combustíveis (SAAC).
- NBR 15.515:2007 – Passivo Ambiental em Solo e Água Subterrânea.
- NBR 16.619:2017 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Criação de espaço intersticial a partir da construção de parede dupla interna não metálica em tanques de paredes simples, para armazenamento de líquido e combustível instalados em SASC.
- NBR 17.505:2013 – Armazenamento de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis.

### 3.3. Portarias do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO

- Portaria INMETRO 185/2003 – Certificação de tanques subterrâneos;
- Portaria INMETRO 186/2003 – Certificação de tubulação não metálica;
- Portaria INMETRO 037/2005 – Certificação de componentes do sistema de descarga;
- Portaria INMETRO 259/2008 – Certificação de serviço de ensaio de estanqueidade em instalações subterrâneas;
- Portaria INMETRO 117/2009 – Certificação de tanques aéreos;
- Portaria INMETRO 009/2011 – Certificação de serviço de retirada e instalação de SASC.

## 4. HISTÓRICO E ANÁLISE TÉCNICA PROCESSUAL

Em 09 de novembro de 2020 foi emitida a Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI (50399427), subsidiada pelo Parecer Técnico SEI-GDF n.º 543/2020 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (49667551). Em 19/04/2021 foi emitida a Informação Técnica n.º 56/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (59687143).

Constam os seguintes documentos protocolados nos autos do processo em tela com o objetivo de cumprir as condicionantes, exigências e restrições da referida AA e as pendências elencadas na Informação técnica relevantes para a análise:

- i. Publicação de recebimento de AA no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF e em periódico de grande circulação dia 25/11/2020 (57574808);
- ii. Relatório de Investigação de Passivo Ambiental - RIPA (57575142);
- iii. Laudo de avaliação de fundo de cava (57575672);
- iv. Laudo nº 237/2020 atestando a execução de limpeza e destinação dos 4 tq's subterrâneos de 15m² removidos (58325320);
- v. Relatório de obra com ART (58325490 e 58325543);
- vi. Relatório de Investigação de Passivo Ambiental - RIPA de agosto/2021 (68700572);
- vii. Certificado de conformidade - Instalação e Retirada de Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis - SASC (68701670);
- viii. Certificado de Destinação Final dos Resíduos oriundos da limpeza dos tanques emitida pela empresa DMS Ambiental (68701996);
- ix. Laudo nº 237/2020 atestando a execução de limpeza e destinação dos 4 tq's subterrâneos de 15m² removidos (68702949) - o mesmo apresentado no Doc. 58325320;
- x. Manifesto de carga e transporte de resíduo de 4 tq's subterrâneo (68703820).

Consta o Ofício 29/2021 - Doc SEI nº 58734358 impetrado pelo interessado neste Instituto em 25/03/2021, o qual solicita declaração atendimento das condicionantes da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI, em nome de Senado Federal, para fins de conclusão do objeto licitatório. Logo, o presente documento técnico objetiva-se avaliar o cumprimento do empreendimento às condicionantes, exigências e restrições da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI (50399427) e às normas técnicas relativas à questão, tendo com escopo os documentos acostados ao processo, conforme descrito no item 4.1, a seguir.

### 4.1. **Do cumprimento das condicionantes, exigências e restrições da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI (50399427) e Informação Técnica n.º 56/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (59687143)**

1. "Concede-se a presente Autorização Ambiental, com base nas informações constantes no processo de licenciamento ambiental n.º 00391-00004958/2020-39, para remoção de sistema de abastecimento subterrâneo de combustíveis, para a razão social Senado Federal - Diretoria Geral (00530.279/0001-15), onde serão retirados 4 tanques, sendo todos plenos, com capacidade total de armazenamento de 60 m³ e demais equipamentos do SASC". **Informativa.** Constam nos autos do referido processo estudos referente a remoção dos quatro tanques subterrâneos.
2. "A empresa responsável por receber os resíduos perigosos Classe I gerados, bem como os tanques subterrâneos, deverão possuir licença ambiental no órgão ambiental competente". **Informativa.** Consta os Docs. SEI nº 58325320 e 68702949 referente ao Laudo nº 237/2020, emitido por empresa não licenciada - Sator Comércio de Bombas e Serviços LTDA., atestando a execução de limpeza e destinação dos 4 tq's subterrâneos de 15m² removidos.
3. "Durante toda a operação de remoção deverá ser monitorada a presença de vapores inflamáveis (explosividade) na área de segurança - Para os tanques onde era armazenada gasolina, o Limite Inferior de explosividade (LIE) considerado deve ser 7,6%. Para demais tanques o LIE deve ser 10%". **Orientativa.**

Em todas as atividades de substituição dos tanques subterrâneos, a área de tancagem deve ser tratada com os mesmos critérios de uma área contaminada, devendo se tomar todos os cuidados necessários em relação a saúde dos trabalhadores e segurança do meio ambiente". **Orientativa.**

df.gov.br/sei/documento\_consulta\_externa.php?id\_acesso=ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 237F6C5A0063208E.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>





5. "Realizar a desativação, remoção, destinação, preparação e adaptação de tanques subterrâneos usados conforme a ABNT NBR 14.973:2010". **Orientativa.**
6. "Seguir o que se encontra determinado no Plano de Desativação apresentado". **Orientativa.**
7. "Apresentar, ao término da obra, os comprovantes de coleta/destinação dos tanques e efluentes oleosos oriundos da limpeza do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível – SASC, realizado por empresa especializada e devidamente licenciada". **Cumprido.** Consta o Doc. SEI nº 58325320 Laudo nº 237/2020, emitido por empresa não licenciada - Sator Comércio de Bombas e Serviços LTDA., atestando a execução de limpeza e destinação dos 4 tqs subterrâneos de 15m<sup>2</sup> removidos. E após a emissão da Informação Técnica n.º 56/2021 foi apresentado o comprovante de coleta e destino dos resíduos oleosos oriundos da limpeza dos 4 tanques removidos emitido pela empresa DMS Ambiental (Doc. SEI nº 68701996) com o Manifesto de carga e transporte de resíduo (68703820).
8. "Apresentar, ao término da obra, o Relatório, com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART abrangendo os documentos relacionados abaixo: **(1)** Certificado emitido pelo INMETRO, ou empresa por ele credenciada, de que a empresa é apta para o serviço de retirada do sistema de armazenamento subterrâneo de combustíveis - SASC conforme o PT INMETRO n.º 009/2011; **(2)** Certificado emitido pelo INMETRO, ou empresa por ele credenciada, de que a obra foi executada em conformidade com as normas técnicas, neste certificado deverá constar a quantidade de tanques removidos e sua capacidade nominal; **(3)** Registro Descritivo e Fotográfico da obra, apresentando o antes, durante e depois do serviço executado; **(4)** Relatório de Investigação de Passivo Ambiental Confirmatória (em conformidade com as normas técnicas) e Laudo atestando a retirada dos tanques, acompanhado de estudo de fundo de cava, na impossibilidade de retirada apresentar justificativa em conformidade com a ABNT NBR 14.973:2010". **Cumprido Parcialmente. Itens 1, 2 e 3:** Consta o Relatório de obra com ART executado pela empresa VIPPASI ENGENHARIA LTDA.-ME (58325490 e 58325543) contemplando o registro descritivo e fotográfico da obra, apresentando o antes, durante e depois do serviço executado. Após a emissão da Informação Técnica n.º 56/2021 foi apresentado o Certificado de conformidade - Instalação e Retirada de Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis - SASC nº 08486/2020 (68701670); **Item 4:** O Relatório de Investigação de Passivo Ambiental - RIPA (57575142) e o Laudo de avaliação de fundo de cava (57575672) foram avaliados pelo item 5.2 da Informação Técnica n.º 56/2021, a qual solicitou a complementação do referido estudo em conformidade com a Norma ABNT NBR 15.515:2007, contemplando as seguintes orientações: "O estudo de investigação deverá abranger a **área total** onde foram identificadas áreas fontes de contaminação. Deverão ser observadas as recomendações e considerações dispostas no Item 5.2 desta Informação Técnica. Caso seja constatada contaminação na área, deverá ser apresentado o estudo detalhado da Investigação, conforme as técnicas dispostas na ABNT NBR nº 15515-3, devendo ser solicitada a este Instituto a dilação de prazo para realização do estudo". Em resposta a referida IT, foi apresentado o Relatório de Investigação de Passivo Ambiental - RIPA de agosto/2021 (68700572). **As considerações acerca deste novo estudo apresentado encontram-se no item 4.2 da presente informação técnica.**
9. "Isolar as áreas que estiverem em obras com barreiras físicas (tapumes) durante a realização dos trabalhos, garantindo a segurança dos transeuntes e possibilitando o acesso a essas dependências somente a pessoas autorizadas;". **Orientativa.**
10. "Depositar os resíduos de construção civil gerados durante a reforma do empreendimento em local indicado pelo SLU". **Orientativa.**
11. "A presente licença está sendo concedida com base nas informações constantes do processo e não dispensa e nem substitui, outros alvarás ou certidões exigidas pela Legislação Federal ou Distrital". **Informativa.**
12. "Qualquer alteração no projeto que implicar na modificação do tombamento, deverá ser solicitada a autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN". **Informativa.**
13. "Toda e qualquer alteração no projeto aprovado do empreendimento deverá ser solicitada/requerida junto a este Órgão. Caso haja qualquer modificação no cronograma da obra e/ou nos planejamentos da reforma, comunicar a este Instituto e apresentar as novas plantas a serem anexadas ao processo". **Informativa.**
14. "O BRASÍLIA AMBIENTAL reserva-se no direito de revogar a presente licença no caso de descumprimento de suas condicionantes, exigências, restrições ou de qualquer ação que fira a legislação ambiental vigente, assim como, a omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiam a sua expedição, ou superveniência de graves riscos ambientais e de saúde". **Informativa.**

#### 4.2. Acerca da Investigação de passivo ambiental

O último Relatório de Investigação de Passivo Ambiental - RIPA (68700572) apresentado, foi elaborado pela empresa Ambiental do Brasil Estudos e Projetos Ambientais Ltda.-ME (CNPJ: 09.150.575/0001-65) sob a responsabilidade técnica da equipe formada pelos profissionais: Carolina Gonçalves Rodrigues, Eng. Florestal, registro nº 22.420/D-CREA-DF; Heloisa Carolina de M. da Silva, Geóloga, registro nº 26.590/D CREA-DF, ART nº 0720210062692 e; Zelaíne de Souza Caixeta, Química, Registro nº 12100537 CRQ-12ª, ART nº 6325 de 24/08/2021 (pág. 60).

Seguem algumas considerações acerca dos referidos estudos apresentados:

##### 1. Avaliação Preliminar:

###### Estudo histórico e inspeção de reconhecimento da área

Consta à pág. 37 que a implantação do posto de combustíveis no pátio da COTRAN para abastecimento da frota do Senado Federal, ao avaliar imagens temporais (pág. 40), é possível identificar que a edificação do posto data de 1975 e que anteriormente o local era um canteiro gramado. Foi citado à pág. 35 que além da alameda de posto de abastecimento, havia no estabelecimento o serviço de lavagem e área destinada para manutenção dos veículos, mas não se tem registros do início de tais atividades e nem quando foram paralisadas. No estudo anterior apresentado (Doc. SEI nº 57575142) foi mencionado haver uma área destinada a borracharia. No estudo atualizado não foi mencionada esta área.

Também, consta a informação de que o posto foi reformado no ano de 2008 e suas atividades foram retomadas em 2009. Durante a reforma os tanques foram desmobilizados e a estrutura antiga demolida para implantação dos novos sistemas e edificações (consta o registro fotográfico nas pág. 38 a 40). Contudo, desde novembro de 2017 o posto esteve paralisado porque o Senado Federal passou a contratar empresas para locação de veículos incluindo o abastecimento pela contratada. Apenas em novembro de 2020 iniciou-se a desmobilização do SASC e demolição de todas as estruturas presentes no local. As obras foram finalizadas em janeiro de 2021. Na área do posto todo o piso foi removido e feito plantio de grama esmeralda sendo destinada a jardim. Na área do lava-jato, os buracos no piso resultante das obras foram preenchidos com concreto. Consta o registro fotográfico nas pág. 41 e 42.

Consta a informação da locação e do estado de conservação dos sistemas e equipamentos implantados e de sua operacionalidade quando em atividade (pág. 17 a 36). Consta o croqui à pág. 19 locando os equipamentos do tanque de armazenamento, as linhas/tubulações, a localização das unidades abastecedoras, das descargas, respiros, canaletas do sistema de drenagem oleosa da pista de abastecimento e área de descarga. As plantas baixas apresentadas às pág. 102 a 104 detalha a locação dos referidos equipamentos do SASC, do Sistema separador de água e óleo e Sistema de drenagem pluvial. Não consta em planta a área de oficina mecânica e de lavagem da frota e os estudos realizados não consideraram estas áreas para a investigação de passivo ambiental. Na planta apresentada não fica claro qual era o destino do efluente pós sistema separador e nem os das águas residuárias provenientes das demais atividades desenvolvidas. É importante informar se alguma prática relacionada à infiltração de efluentes no subsolo era adotada e quais eram os sistemas de condução. Da área de lavagem foram apresentadas imagens fotográficas (pág. 36 e 37) e imagens de satélite (pág. 41), antes e após a remoção das estruturas remanescentes da pista de lavagem, mas não constam os detalhes da situação pela qual operava esta área.

Consta, à pág. 33, a informação de estimativa da movimentação média mensal de combustível quando estava operante (11.139,92 L de gasolina ; 11.879,75 L de álcool etílico hidratado; 2.220 L de óleo Diesel Biodiesel).

Não consta o zoneamento do local;



Não foi informado acerca de alguma restrição de uso e situação legal da área;

Não foi informado se a área possui ou não relevante risco geotécnico;

Nada se falou acerca da circunvizinhança da área (citar conforme item 5.2.2.5.2 e 5.2.2.5.5 da norma NBR 15.515:2007- parte 1).

Foi informado que o uso atual da área do posto será para jardinagem e na área do lava-jato, os buracos no piso resultante das obras foram preenchidos com concreto. Não foi informado se haverá alguma edificação ou se manterá apenas uma área aberta concretada. Não se tem informações acerca da oficina mecânica.

A Informação Técnica n.º 56/2021 arguiu acerca do item 8.1.1 "Levantamento do histórico de contaminação da instalação" do RIPA anteriormente apresentado (Doc. SEI nº 57575142). Neste item é afirmado que não há indicação de existência de um cenário de contaminação ambiental. Contudo, o estudo de cava apresentado (Doc SEI nº 57575672) constatou em suas próprias conclusões: "Os resultados laboratoriais das amostras dos solos que foram retirados das cavas detectaram valores para os parâmetros em PAH aos quais descritos abaixo, no entanto todos os valores abaixo dos valores de intervenção estabelecidos pela CETESB: Cava (Tanque 1): Detectou valores para PAH (Fenantreno); Cava (Tanque 2): Detectou valores para PAH (Fluoreno e Fenantreno); Cava (Tanque 3): Detectou valores para PAH (Fluoreno e Fenantreno); Cava (Tanque 4): Detectou valores para PAH (Fluoreno, Fenantreno, Pireno e Criseno)". A referida informação Técnica ressaltou que os dados constantes na tabela 4 "Resultados analíticos das amostras de solo para PAH BTEX coletados no dia 16/01/2021" (Doc. SEI nº 57575142, pág. 20) foram transcritos sem nenhum tratamento (conversão de unidade) diretamente das planilhas de resultados do laboratório PROMATEC Análises Ambientais. No entanto, isso não interferiu em concluir que todos os valores apresentaram-se abaixo dos valores de intervenção estabelecidos pela CETESB. Foi solicitado pela IT, no entanto, que fosse feito um melhor detalhamento na região dos tanques e que o modelo conceitual do estudo de investigação de passivo ambiental da área deveria considerar estes pontos para a realização das sondagens. O último Relatório de Investigação de Passivo Ambiental - RIPA (68700572) apresentado realizou novas sondagens, as quais serão descritas a seguir no subtópico 2.

#### **Estudo sob o meio físico:**

O estudo apresentado não atendeu às exigências solicitadas pela Informação Técnica n.º 56/2021, pois não abordou o tema específico sobre o meio físico, tal como, a caracterização pedológica da área, dados relativos à natureza e características da fonte de contaminação e o comportamento dos contaminantes, quais as vias de propagação e dados indicativos da presença ou não de contaminação na área e adjacências e informações sobre as ações adotadas em relação à avaliação da área. Não foi informado também qual a variação do nível da água subterrânea na área e o nível sazonalmente mais elevado da água subterrânea.

#### **Modelo conceitual da área**

A Informação Técnica n.º 56/2021 recomendou, para o levantamento do modelo conceitual da área em estudo, considerar os principais componentes conforme a norma NBR 15.515:2007- parte 1. O novo estudo atendeu parcialmente.

a) as únicas fontes potenciais de contaminação informadas diz respeito à pista de abastecimento, área de descarga à distância e demais instalações e equipamentos expresso no croqui à pág. 19 e plantas às págs. 102 a 104. Não foi detalhado as demais instalações (lavajato e oficina mecânica) e demais equipamentos inerentes a estas áreas, área de armazenamento de produto diverso dos combustíveis automotivos, bem como a manipulação dos mesmos, área de disposição de resíduos, etc).

b) Não consta no estudo os mecanismos de liberação dos contaminantes (vazamentos, derramamentos, etc);

c) Não consta no estudo as vias de transporte dos contaminantes no meio (por exemplo, infiltração no solo, volatilização de vapores do solo, transporte pela água subterrânea, dispersão pela água superficial, entre outros);

d) Não consta no estudo os receptores da contaminação e bens a proteger (por exemplo, existentes ou que tenham existido na área ou no entorno, como trabalhadores no local (permanentes ou temporários), moradores, áreas residenciais, comércio, indústria, corpos hídricos etc.).

## **2. Investigação confirmatória:**

A estratégia abordada no estudo para o direcionamento e posicionamento das amostragens de solo, água subterrânea foi o método de mapeamento de gases e vapores Soil Gas Survey (SGS) com auxílio de aparelho eletrônico com detector de fotoionização (PID) para a verificação da ocorrência de hidrocarbonetos em fase de vapor (VOC). O aparelho utilizado é do fabricante Ion Science, modelo Phoccheck Tiger ppm. O certificado de calibragem do aparelho encontra-se na pág. 92 e foi utilizado o gás hexano como padrão.

Foram executadas 60 perfurações, de 1,0 metro de profundidade cada uma, para recobrir toda a superfície de interesse durante a amostragem realizada em 10/02/2021. As medições foram realizadas nas profundidades de 0,5 m e 1,0 m em cada furo. Os pontos foram locados em imagem de satélite (Figura 59, pág. 44). Contudo, estes pontos não abrangem todas as fontes potenciais de contaminação de todas áreas fonte de contaminação relativa às atividades já desenvolvidas e/ou em desenvolvimento, pois, conforme já mencionado no subitem anterior, a área de lavagem e área destinada para manutenção dos veículos não foram incluídas no estudo. E nada mencionado acerca da área de borracharia. É recomendável que os pontos locados estejam em croqui que tenha o posicionamento de todas as fontes potenciais de contaminação indicadas em cada área fonte de contaminação.

Algumas orientações acerca da metodologia de pré-screening adotada foi citada pela Informação Técnica n.º 56/2021, mas nada foi mencionado acerca disso. É importante haver esclarecimentos e justificativas.

Quanto às sondagens realizadas, a Informação Técnica n.º 56/2021 também abordou o referido tema. Consta no estudo apresentado acerca da tipologia do solo observada nas sondagens na área do posto (*Latossolo Vermelho, homogêneo, profundo - ao menos 15 metros, de textura silto-argilosa, sobreposto por uma camada de aterro, com presença de cascalho laterítico e areia*) - (págs. 54 e 55) contemplando a representação do perfil do solo, indicando a litologia observada. Não foi abordado detalhes definidos a partir de observações em campo e de análises granulométricas e nem consta a determinação das propriedades físicas do meio. Não consta o perfil litológicos-constitutivos de poços de monitoramento e conforme informação no estudo (pág. 55) observa-se que não houve o desenvolvimento do poço de monitoramento conforme as normas vigentes, ficando comprometida a amostragem realizada para solos e água subterrânea. Como não foi apresentado o croqui com o posicionamento de todas as fontes potenciais de contaminação, não foi possível saber se as três sondagens realizadas abrangem a região dos tanques. Foi apresentado apenas uma imagem de satélite com a indicação dos pontos na área onde operava o posto (Figura 62 - pág. 49). Consta os detalhes dos pontos das sondagens na tabela 6 (pág. 49). Mas conforme a inferência do sentido da água no subsolo, é possível que ao menos a sondagem SD-02 tenha influência e abranja a região dos tanques. Contudo, o mapa potenciométrico não foi elaborado para confirmar tal dedução por meio da topografia do terreno (pág. 56)

A Informação Técnica n.º 56/2021 também abordou acerca do plano de amostragem a ser desenvolvido com base no modelo conceitual. Alguns tópicos não foram cumpridos e nem esclarecidos:

- Detalhamento das demais atividades suspeitas ou com relevante potencial de contaminação que foram desenvolvidas na área ao longo do histórico de ocupação. É detalhada apenas a área referente ao armazenamento de combustíveis e abastecimento, bem como todos os componentes SASC inerentes a atividade. Nada foi mencionado acerca da área de lavagem, oficina e borracharia.

- identificação das substâncias contaminantes potenciais. É detalhada apenas a SQIs referente a área do armazenamento de combustíveis e imento. Caso não haja nenhuma outra fonte distinta, deverá ao menos constar esta informação;



28/06/24, 15:43

SEI/GDF - 75400581 - Parecer Técnico

- identificação e caracterização das fontes potenciais ou reais de contaminação que existam, ou existiram, no local durante todo o período de utilização da área. Não foi caracterizada a área de lavagem, oficina e borracharia e de outras, caso exista;
- identificação dos possíveis mecanismos de liberação dos contaminantes a partir de cada fonte primária identificada;
- identificação dos possíveis mecanismos de migração através dos meios afetados (solo, água subterrânea, água superficial, biota, sedimentos e ar);
- identificação das possíveis fontes secundárias de contaminação;
- identificação dos mecanismos de liberação dos contaminantes a partir de cada uma das fontes secundárias;
- identificação dos receptores existentes e bens existentes a proteger ou que tenham existido, na área ou no seu entorno;

A Informação Técnica n.º 56/2021 também orienta em como proceder conforme as normas vigentes aplicadas ao tema. Eis a seguir algumas constatações no estudo apresentado:

- Uma das orientações mencionadas foi acerca da seleção das técnicas de perfuração e de instalação de poços de monitoramento utilizadas para a coleta de amostra dos solos e das águas subterrâneas. Contudo, o estudo apresentado informa não ter desenvolvido poços de monitoramento porque o empreendimento havia sido removido, e por isso não foram instalados os mesmos porque não haveriam monitoramentos posteriores. No entanto, o desenvolvimento do poço de monitoramento é uma garantia de que as sondagens serão realizadas de forma segura e conforme normas vigentes. O poço não é necessário deixar no local, ele pode ser simplesmente tamponado após amostragem realizada. É informado no estudo que os furos foram escavados a trado mecânico com diâmetro de 5 polegadas sem nenhum preparo para desenvolver o poço de monitoramento.

- O número de sondagens é definido pelo modelo conceitual da área, o qual deverá contemplar a localização de todas as fontes potenciais de contaminação que foram desenvolvidas na área. A Informação Técnica n.º 56/2021 menciona o que preconiza a norma ABNT NBR 15.515:2007-parte 2: "A quantidade de pontos de amostragem deve ser suficiente, a critério do profissional qualificado e/ou procedimentos legais vigentes, para avaliar a existência ou não de contaminação na área, em todas as fontes suspeitas e locais potencialmente contaminados relevantes". O estudo se baseou na Decisão de Diretoria n.º 010/2006/C - CETESB, sub-anexo 1, do anexo IV para definir a quantidade das perfurações para sondagem.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que em 25/03/2021 foi impetrada pelo interessado neste Instituto o Ofício 29/2021 (Doc. SEI nº 58734358), o qual solicita declaração atendimento das condicionantes da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI;

Considerando que o objeto de autuação do processo SEI nº 00391-00004958/2020-39 foi concluído quando da emissão da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI (50399427), subsidiada pelo Parecer Técnico SEI-GDF n.º 543/2020 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (49667551);

Considerando que no endereço "Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte", a atividade de Posto de Abastecimento outrora desempenhada pelo Senado Federal - Diretoria Geral (00530.279/0001-15) já se encontra totalmente encerrada, ou seja, foram removidos o total de 04 (quatro) tanques subterrâneos plenos de 15 m³ e demais equipamentos associados ao Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis - SASC;

No entanto, ao considerar que ainda há pendências a serem sanadas quando do esclarecimentos do descumprimento de alguns itens da Informação Técnica n.º 56/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (59687143) para a comprovação da inexistência de passivos ambientais na área;

Este corpo técnico recomenda o envio dos autos à SULAM para os seguintes encaminhamentos:

1. O encerramento e posterior arquivamento do processo SEI nº 00391-00004958/2020-39;
2. Para providências que julgar pertinente uma vez que constam pendências documentais inerentes à comprovação da inexistência de passivos ambientais na área. Recomenda-se que um novo processo seja autuado (Tipo: Monitoramento da Qualidade Ambiental) para abordar tais pendências uma vez que houve perda de objeto que motivou a autuação do presente processo SEI nº 00391-00004958/2020-39;
3. Quando da autuação do processo (Tipo: Monitoramento da Qualidade Ambiental) acima mencionado, é recomendável que o interessado seja notificado a apresentar a seguinte complementação do estudo e esclarecimentos:
  - Complementação do Relatório de Investigação de Passivo Ambiental (RIPA) em conformidade com a Norma ABNT NBR 15.515:2007. O estudo de investigação deverá abranger a **área total em estudo** onde foram identificadas áreas fontes de contaminação. Deverão ser observadas as recomendações e considerações dispostas no Item 4.2 do Parecer Técnico n.º 804/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (75400581).

Em tempo, quando da apresentação dos estudos mencionados pelo interessado, recomenda-se o envio dos autos do processo a ser autuado (Tipo: Monitoramento da Qualidade Ambiental) à DILAM V para análise dos mesmos.

**Este é o parecer técnico que será submetido à apreciação superior.**



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIANE VILELA PEREIRA - Matr.0264685-4**, Analista de Atividades do Meio Ambiente, em 10/12/2021, às 09:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANE QUINTÃO DE ALBUQUERQUE - Matr.1689510-X**, Assessor(a), em 10/12/2021, às 09:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
 verificador= **75400581** código CRC= **58064034**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511, BLOCO C - Bairro Asa Norte - CEP 70750-543 - DF



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

Superintendência de Licenciamento Ambiental

Diretoria de Licenciamento Ambiental V

Parecer Técnico n.º 955/2023 - IBRAM/PRSI/SULAM/DILAM-V

## 1. INTRODUÇÃO

Trata-se das análises das apresentações das pendências solicitadas pelo Parecer Técnico n.º 804/2021 - IBRAM/PRSI/SULAM/DILAM-V (75400581), referente às etapas de Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória do Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC), denominado Relatório de Atendimento de Pendência - (84827839), em nome de Senado Federal - Diretoria Geral (CNPJ: 00530.279/0001-15), para fins de conclusão do objeto licitatório do então desativado posto de abastecimento de combustíveis do pátio da COTRAN (Coordenação de Transporte do Senado Federal-Brasília), localizado no Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte, Brasília-DF. Para tal ato administrativo, foram considerados os teores técnicos e determinações constantes no referido Parecer Técnico e da condicionante nº 8, item 4, da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRSI (50399427).

O presente Parecer Técnico tem como base legal o fluxo das etapas do Gerenciamento de Áreas Contaminadas preconizadas na [Resolução CONAMA n.º 420/2009](#), norteadas pela adoção por esse Instituto das Normas ABNT/NBR, as quais são aplicadas ao GAC e nestas etapas, especificamente, as ABNT 15.515-1 e ABNT NBR 15.515-2. Porém, nesse caso a avaliação terá como base as pendências solicitadas no item 4.2 do Parecer Técnico n.º 804/2021 - IBRAM/PRSI/SULAM/DILAM-V (75400581).

## 2. DA ANÁLISE

Na presente análise técnica foi utilizada a metodologia composta: i) pelas observações técnicas e demandas geradas a partir das constatações das vistorias ao local, realizadas pela equipe técnica do Instituto Brasília Ambiental e análise da Avaliação Preliminar e da Investigação Confirmatória apresentada (item 2.1), e; ii) pelo *checklist* (item 2.2) das pendências solicitadas no item 4.2 do Parecer Técnico n.º 804/2021 - IBRAM/PRSI/SULAM/DILAM-V (75400581).

## 2.1 OBSERVAÇÕES E DEMANDAS TÉCNICAS PROVENIENTES DA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO PRELIMINAR E VISTORIA.

Seguem alguns apontamentos/observações técnicas que verificam se há necessidade da adoção de medidas emergenciais (vide 2.3) no âmbito do Gerenciamento de Áreas Contaminadas na área onde foi desativado o posto de abastecimento de combustíveis localizado no Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte, sob a responsabilidade Senado Federal - Diretoria Geral (CNPJ: 00530.279/0001-15).

2.1.1. Em vistoria realizada por essa equipe técnica, no dia 13/02/2023 foram constatados:

- a) Não existem estruturas relíquias do posto de abastecimento de combustíveis desativado. No local há um campo gramado com um hidrante e uma torre reservatório de água (Fotos 1 a 5 do Apêndice I - Registro Fotográfico Vistoria);
- b) O lava a jato encontra-se desativado, no local permanece a estrutura metálica da cobertura, solo cimentado e algumas caçambas plásticas (Fotos 6, 7 e 8 do Apêndice I - Relatório Fotográfico Vistoria);
- c) Não foram encontrados indícios de manuseio, armazenamento, abandono e/ou exposição de combustíveis fósseis no local (Fotos 1 a 8 do Apêndice I - Relatório Fotográfico Vistoria);

2.1.2. A análise do Relatório de Atendimento de Pendência - (84827839), por essa equipe técnica, resultou na constatação de que não foram atendidas as pendências solicitadas no item 4.2 do Parecer Técnico n.º 804/2021 - IBRAM/PRSI/SULAM/DILAM-V (75400581), vide checklist item 2.2 desse Parecer, bem como, as versões anteriormente apresentadas não atenderam as prerrogativas técnicas previstas nas normativas ABNT correlatas. Logo, faz-se necessário uma nova realização da etapa de Avaliação Preliminar, que deverá atender ao procedimento administrativo e premissas técnicas elencadas a seguir:

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias deverá ser protocolado, para aprovação desse Instituto, o Relatório de Passivo Ambiental - Etapa Avaliação Preliminar, conforme todos os aspectos técnicos contidos na ABNT NBR 15.515-1 e correlatas, e seu respectivo Modelo Conceitual, o qual deverá ser elaborado conforme a ABNT NBR 16 210.

**PREMISSA TÉCNICA Nº 1:** A solicitação da realização apenas do Relatório de Passivo Ambiental - Etapa Avaliação Preliminar é baseada na premissa técnica norteadora do GAC de que não se pode atravessar a sequência das etapas do GAC, pois a consolidação do conhecimento é continuada e acumulativa, incorrendo em altos níveis técnicos de incerteza e má utilização dos recursos envolvidos caso as etapas não estejam na sequência. Logo, as conclusões dessa etapa deverão ter justificativas técnicas para que se realize ou não a próxima etapa, ou seja, se há necessidade ou não de ser feita a Investigação Confirmatória.

**PREMISSA TÉCNICA Nº 2:** Se a conclusão da Avaliação Preliminar considerar necessário a realização de Investigação Confirmatória, com base no Modelo Conceitual elaborado, deve-se também protocolar o Plano de Amostragem para Investigação Confirmatória, que contemple as premissas técnicas e metodologias para atendimento a ABNT NBR 15515-2 e correlatas, com cronograma de execução, ambos apresentados para aprovação desse Instituto, no mesmo ato administrativo de protocolo da Avaliação Preliminar.

**PREMISSA TÉCNICA Nº 3:** Se necessário, o Plano de Amostragem para Investigação Confirmatória deverá elencar a amostragem das Substâncias Químicas de Interesse -SQIs considerando a utilização de métodos de sondagens conservativos das amostras, alcance de maiores profundidades (incluindo zona saturada), varredura das substâncias e compostos presentes no Anexo da [Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009](#), complementarmente os valores orientadores constante na [Decisão de Diretoria nº 256/2016 Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB/SP, com cronograma](#). Cabe pontuar a premissa técnica da necessidade da utilização de métodos de sondagens conservativos das amostras e sobre o fato das normativas ABNT 15.492:2007 e correlatas, que versam sobre o assunto, atualmente estarem em processos de revisões. Perante essas informações, recomenda-se, para a elaboração do Plano de Amostragem para Investigação Confirmatória, a utilização das boas práticas técnicas de amostragem de solos presente em: "Riyis, M. T., Arakaki, E., Riyis, M. T., & Giacheti, H. L. (2019). A importância da amostragem de solo de perfil completo (ASPC) para a investigação de alta resolução em áreas contaminadas. *Águas Subterrâneas*, 33(4). Site: [Revista Águas Subterrâneas](#).




em outro aspecto do GAC, conforme preconiza o Art. 28 da [Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009](#), no caso da identificação de risco de Perigo (vide item 2.3), em qualquer etapa do Gerenciamento, deverão ser tomadas ações emergenciais compatíveis para a eliminação desta

df.gov.br/sei/documento\_consulta\_externa.php?id\_acess=ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 237F6C5A0063208E.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

condição. Nesse sentido, em vistoria não foram identificados situações de Perigo, logo, não se torna necessária a adoção de medidas emergenciais para área.

2.2 CHECKLIST PENDÊNCIAS SOLICITADAS NO ITEM 4.2 DO PARECER TÉCNICO Nº 804 (75400581)

PENDÊNCIAS SOLICITADAS NO ITEM 4.2 DO PARECER TÉCNICO Nº 804 (75400581)	ANÁLISE Relatório de Atendimento de Pendência - (84827839)
1. Avaliação Preliminar	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
1.1 Estudo histórico e inspeção de reconhecimento da área	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Consta à pág. 37 que a implantação do posto de combustíveis no pátio da COTRAN para abastecimento da frota do Senado Federal, ao avaliar imagens temporais (pág. 40), é possível identificar que a edificação do posto data de 1975 e que anteriormente o local era um canteiro gramado. Foi citado à pág. 35 que além da atividade de posto de abastecimento, havia no estabelecimento o serviço de lavagem e área destinada para manutenção dos veículos, mas não se tem registros do início de tais atividades e nem quando foram paralisadas. No estudo anterior apresentado (Doc. SEI nº 57575142) foi mencionado haver uma área destinada a borracharia. No estudo atualizado não foi mencionada esta área.	Atendido. Item 4.1.2 (pág. 17).
Consta a informação da locação e do estado de conservação dos sistemas e equipamentos implantados e de sua operacionalidade quando em atividade (págs. 17 a 36). Consta o croqui à pág. 19 locando os equipamentos do tanque de armazenamento, as linhas/tubulações, a localização das unidades abastecedoras, das descargas, respiros, canaleta do sistema de drenagem oleosa da pista de abastecimento e área de descarga. As plantas baixas apresentadas às págs. 102 a 104 detalha a locação dos referidos equipamentos do SASC, do Sistema separador de água e óleo e Sistema de drenagem pluvial. Não consta em planta a área de oficina mecânica e de lavagem da frota e os estudos realizados não consideraram estas áreas para a investigação de passivo ambiental.	Atendido. Item 4.1.3 (págs. 18 a 21)
Na planta apresentada não fica claro qual era o destino do efluente pós sistema separador e nem os das águas residuárias provenientes das demais atividades desenvolvidas. É importante informar se alguma prática relacionada à infiltração de efluentes no subsolo era adotada e quais eram os sistemas de condução. Da área de lavagem foram apresentadas imagens fotográficas (pág. 36 e 37) e imagens de satélite (pág. 41), antes e após a remoção das estruturas remanescentes da pista de lavagem, mas não constam os detalhes da situação pela qual operava esta área.	Atendido. Item 4.1.3 (págs. 18 a 21).
Não consta o zoneamento do local.	Atendido. Item 4.1.3 (págs. 21 a 22).
Não foi informado acerca de alguma restrição de uso e situação legal da área.	Atendido. Item 4.1.3 (págs. 21 a 22).
Não foi informado se a área possui ou não relevante risco geotécnico	Atendido.
Nada se falou acerca da circunvizinhança da área (citar conforme item 5.2.2.5.2 e 5.2.2.5.5 da norma NBR 15.515:2007- parte 1).	Atendido. Item 4.1.5.1 (págs. 22 a 23).
Foi informado que o uso atual da área do posto será para jardinagem e na área do lava-jato, os buracos no piso resultante das obras foram preenchidos com concreto. Não foi informado se haverá alguma edificação ou se manterá apenas uma área aberta concretada. Não se tem informações acerca da oficina mecânica.	Atendido. Item 4.1.2 (pág. 17).
 rmação Técnica n.º 56/2021 arguiu acerca do item "Levantamento do histórico de contaminação da	Não apresentado.

<p>instalação" do RIPA anteriormente apresentado (Doc. SEI nº 57575142). Neste item é afirmado que não há indicação de existência de um cenário de contaminação ambiental. Contudo, o estudo de cava apresentado (Doc SEI nº 57575672) constatou em suas próprias conclusões: "Os resultados laboratoriais das amostras dos solos que foram retirados das cavas detectaram valores para os parâmetros em PAH aos quais descritos abaixo, no entanto todos os valores abaixo dos valores de intervenção estabelecidos pela CETESB: Cava (Tanque 1): Detectou valores para PAH (Fenantreno); Cava (Tanque 2): Detectou valores para PAH (Fluoreno e Fenantreno); Cava (Tanque 3): Detectou valores para PAH (Fluoreno e Fenantreno); Cava (Tanque 4): Detectou valores para PAH (Fluoreno, Fenantreno, Pireno e Criseno)". A referida informação Técnica ressaltou que os dados constantes na tabela 4 "Resultados analíticos das amostras de solo para PAH BTEX coletados no dia 16/01/2021" (Doc. SEI nº 57575142pág. 20) foram transcritos sem nenhum tratamento (conversão de unidade) diretamente das planilhas de resultados do laboratório PROMATEC Análises Ambientais. No entanto, isso não interferiu em concluir que todos os valores apresentaram-se abaixo dos valores de intervenção estabelecidos pela CETESB. Foi solicitado pela IT, no entanto, que fosse feito um melhor detalhamento na região dos tanques e que o modelo conceitual do estudo de investigação de passivo ambiental da área deveria considerar estes pontos para a realização das sondagens.</p>	
<p>1.2. Estudo sob o meio físico:</p>	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
<p>O estudo apresentado não atendeu às exigências solicitadas pela Informação Técnica n.º 56/2021, pois não abordou o tema específico sobre o meio físico, tal como, a caracterização pedológica da área, dados relativos à natureza e características da fonte de contaminação e o comportamento dos contaminantes, quais as vias de propagação e dados indicativos da presença ou não de contaminação na área e adjacências e informações sobre as ações adotadas em relação à avaliação da área. Não foi informado também qual a variação do nível da água subterrânea na área e o nível sazonalmente mais elevado da água subterrânea.</p>	<p>Não apresentado.</p>
<p>1.3 Modelo conceitual da área.</p>	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
<p>As únicas fontes potenciais de contaminação informadas diz respeito à pista de abastecimento, área de descarga à distância e demais instalações e equipamentos expresso no croqui à pág. 19 e plantas às págs. 102 a 104. Não foi detalhado as demais instalações (lavajato e oficina mecânica) e demais equipamentos inerentes a estas áreas, área de armazenamento de produto diverso dos combustíveis automotivos, bem como a manipulação dos mesmos, área de disposição de resíduos, etc).</p>	<p>Não apresentado.</p>
<p>Não consta no estudo os mecanismos de liberação dos contaminantes (vazamentos, derramamentos, etc).</p>	<p>Não apresentado.</p>
<p>Não consta no estudo as vias de transporte dos contaminantes no meio (por exemplo, infiltração no solo, volatilização de vapores do solo, transporte pela água subterrânea, dispersão pela água superficial, entre outros</p>	<p>Não apresentado.</p>
<p>Não consta no estudo os receptores da contaminação e bens a proteger (por exemplo, existentes ou que tenham existido na área ou no entorno, como trabalhadores no local (permanentes ou temporários), moradores, áreas residenciais, comércio, indústria, corpos hídricos etc.).</p>	<p>Não apresentado.</p>
<p>2. Investigação Confirmatória</p>	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
<p>Foram executadas 60 perfurações, de 1,0 metro de profundidade cada uma, para recobrir toda a superfície de interesse durante a amostragem realizada em 2021. As medições foram realizadas nas</p>	<p>Não apresentado.</p>





<p>profundidades de 0,5 m e 1,0 m em cada furo. Os pontos foram locados em imagem de satélite (Figura 59, pág. 44). <u>Contudo, estes pontos não abrangem todas as fontes potenciais de contaminação de todas áreas fonte de contaminação relativa às atividades já desenvolvidas e/ou em desenvolvimento, pois, conforme já mencionado no subitem anterior, a área de lavagem e área destinada para manutenção dos veículos não foram incluídas no estudo. E nada mencionado acerca da área de borracharia. É recomendável que os pontos locados estejam em croqui que tenha o posicionamento de todas as fontes potenciais de contaminação indicadas em cada área fonte de contaminação.</u></p>	
<p><u>Algumas orientações acerca da metodologia de pré-screening adotada foi citada pela Informação Técnica n.º 56/2021, mas nada foi mencionado acerca disso. É importante haver esclarecimentos e justificativas.</u></p>	<p><b>Não apresentado.</b></p>
<p>Quanto às sondagens realizadas, a Informação Técnica n.º 56/2021 também abordou o referido tema. Consta no estudo apresentado acerca da tipologia do solo observada nas sondagens na área do posto (<i>Latossolo Vermelho, homogêneo, profundo - ao menos 15 metros, de textura silto-argilosa, sobreposto por uma camada de aterro, com presença de cascalho laterítico e areia</i>) - (págs. 54 e 55) contemplando a representação do perfil do solo, indicando a litologia observada. <u>Não foi abordado detalhes definidos a partir de observações em campo e de análises granulométricas e nem consta a determinação das propriedades físicas do meio. Não consta o perfil litológicos-construtivos de poços de monitoramento e conforme informação no estudo (pág. 55) observa-se que não houve o desenvolvimento do poço de monitoramento conforme as normas vigentes, ficando comprometida a amostragem realizada para solos e água subterrânea. Como não foi apresentado o croqui com o posicionamento de todas as fontes potenciais de contaminação, não foi possível saber se as três sondagens realizadas abrangem a região dos tanques. Foi apresentado apenas uma imagem de satélite com a indicação dos pontos na área onde operava o posto (Figura 62 - pág. 49). Consta os detalhes dos pontos das sondagens na tabela 6 (pág. 49). Mas conforme a inferência do sentido da água no subsolo, é possível que ao menos a sondagem SD-02 tenha influência e abranja a região dos tanques. Contudo, o mapa potenciométrico não foi elaborado para confirmar tal dedução por meio da topografia do terreno (pág. 56).</u></p>	<p><b>Não apresentado.</b></p>
<p>Detalhamento das demais atividades suspeitas ou com relevante potencial de contaminação que foram desenvolvidas na área ao longo do histórico de ocupação. É detalhada apenas a área referente ao armazenamento de combustíveis e abastecimento, bem como todos os componentes SASC inerentes a atividade. <u>Nada foi mencionado acerca da área de lavagem, oficina e borracharia</u></p>	<p><b>Não apresentado.</b></p>
<p>Identificação das substâncias contaminantes potenciais. É detalhada apenas a SQIs referente a área do armazenamento de combustíveis e abastecimento. <u>Caso não haja nenhuma outra fonte distinta, deverá ao menos constar esta informação.</u></p>	<p><b>Não apresentado.</b></p>
<p>Identificação e caracterização das fontes potenciais ou reais de contaminação que existam, ou existiram, no local durante todo o período de utilização da área. <u>Não foi caracterizada a área de lavagem, oficina e borracharia e de outras, caso exista</u></p>	<p><b>Não apresentado.</b></p>
<p>Identificação dos possíveis mecanismos de liberação dos contaminantes a partir de cada fonte primária identificada.</p>	<p><b>Não apresentado.</b></p>

Identificação dos possíveis mecanismos de migração através dos meios afetados (solo, água subterrânea, água superficial, biota, sedimentos e ar).	Não apresentado.
Identificação das possíveis fontes secundárias de contaminação.	Não apresentado.
Identificação dos mecanismos de liberação dos contaminantes a partir de cada uma das fontes secundárias.	Não apresentado.
Identificação dos receptores existentes e bens existentes a proteger ou que tenham existido, na área ou no seu entorno.	Não apresentado.
Uma das orientações mencionadas na Informação Técnica n.º 56/2021 foi acerca da seleção das técnicas de perfuração e de instalação de poços de monitoramento utilizadas para a coleta de amostra dos solos e das águas subterrâneas. <u>Contudo, o estudo apresentado informa não ter desenvolvido poços de monitoramento porque o empreendimento havia sido removido, e por isso não foram instalados os mesmos porque não haveriam monitoramentos posteriores. No entanto, o desenvolvimento do poço de monitoramento é uma garantia de que as sondagens serão realizadas de forma segura e conforme normas vigentes. O poço não é necessário deixar no local, ele pode ser simplesmente tamponado após amostragem realizada. É informado no estudo que os furos foram escavados a trado mecânico com diâmetro de 5 polegadas sem nenhum preparo para desenvolver o poço de monitoramento</u>	Não apresentado.
O número de sondagens é definido pelo modelo conceitual da área, o qual deverá contemplar a localização de todas as fontes potenciais de contaminação que foram desenvolvidas na área. A Informação Técnica n.º 56/2021 menciona o que preconiza a norma ABNT NBR 15.515:2007-parte 2: "A quantidade de pontos de amostragem deve ser suficiente, a critério do profissional qualificado e/ou procedimentos legais vigentes, para avaliar a existência ou não de contaminação na área, em todas as fontes suspeitas e locais potencialmente contaminados relevantes". O estudo se baseou na Decisão de Diretoria nº 010/2006/C - CETESB, sub-anexo 1, do anexo IV para definir a quantidade das perfurações para sondagem.	Não apresentado.

2.3 MINI GLOSSÁRIO CONCEITUAL GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS

Abaixo são elencados alguns conceitos importantes para o desenvolvimento do GAC.

**Perigo:** Situação em que estejam ameaçadas a vida humana, o meio ambiente ou o patrimônio público e privado, em razão da presença de agentes tóxicos, patogênicos, reativos, corrosivos ou inflamáveis no solo ou em águas subterrâneas ou em instalações, equipamentos e construções abandonadas, em desuso ou não controladas. Fonte: [Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009](#).

**Medidas de Controle Institucional:** ações, implementadas em substituição ou complementarmente às técnicas de remediação, visando a afastar o risco ou impedir ou reduzir a exposição de um determinado receptor sensível aos contaminantes presentes nas áreas ou águas subterrâneas contaminadas, por meio da imposição de restrições de uso, incluindo, entre outras, ao uso do solo, ao uso de água subterrânea, ao uso de água superficial, ao consumo de alimentos e ao uso de edificações, podendo ser provisórias ou não. Fonte: [Decreto do Estado de São Paulo nº 59.263, de 5 de junho de 2013](#).

**Medidas Emergenciais:** conjunto de ações destinadas à eliminação do perigo, a serem executadas durante qualquer uma das etapas do gerenciamento de áreas contaminadas. Fonte: [Decreto do Estado de São Paulo nº 59.263, de 5 de junho de 2013](#).

**Medidas de Engenharia:** ações baseadas em práticas de engenharia, com a finalidade de interromper a exposição dos receptores, atuando sobre os caminhos de migração dos contaminantes. Fonte: [Decreto do Estado de São Paulo nº 59.263, de 5 de junho de 2013](#).

**Medidas de Intervenção:** conjunto de ações adotadas visando à eliminação ou redução dos riscos à saúde humana, ao meio ambiente ou a outro bem a proteger, decorrentes de uma exposição aos contaminantes presentes em uma área contaminada, consistindo da aplicação medidas de remediação, controle institucional e de engenharia. Fonte: [Decreto do Estado de São Paulo nº 59.263, de 5 de junho de 2013](#).

**Medidas de remediação:** conjunto de técnicas aplicadas em áreas contaminadas, divididas em técnicas de tratamento, quando destinadas à remoção ou redução da massa de contaminantes, e técnicas de contenção ou isolamento, quando destinadas à prevenir a migração dos contaminantes. Fonte: [Decreto do Estado de São Paulo nº 59.263, de 5 de junho de 2013](#).

3. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A análise do Relatório de Atendimento de Pendência - (84827839), por essa equipe técnica, referente as etapas de Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória do Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC), em nome de Senado Federal - Diretoria Geral (CNPJ: 00530.279/0001-15), localizado no Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte, Brasília-DF, concluiu que não foram atendidas as pendências solicitadas no item 4.2 do Parecer Técnico n.º 804/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (75400581). Logo, faz-se necessário uma nova realização da etapa de Avaliação Preliminar, que deverá atender ao procedimento administrativo e premissas técnicas elencadas no item 2.1.2 do presente Parecer.

28/06/24, 15:43

SEI/GDF - 106944053 - Parecer Técnico

Pontua-se concomitantemente, em outro aspecto do GAC, que não foram diagnosticadas e nem identificadas situações de Perigo preconizadas no Art. 28 da [Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009](#), sendo dispensada atualmente a adoção de medidas emergenciais.

Logo, para o momento, recomenda-se a comunicação das ações necessárias ao interessado para sanar a condicionante nº 8, item 4, da Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 60/2020 - IBRAM/PRESI (50399427).

Este é o Parecer.

**APÊNDICE I - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DE VISTORIA**

 <p>13 de fev. de 2023 15:18:24 15.79301547.86509505W</p>	 <p>13 de fev. de 2023 15:18:44 15.79303155547.86492953W</p>
<b>FOTO 1:</b> Não existem estruturas reliquias do posto de abastecimento de combustíveis desativado. Vistoria em 13/02/2023. Pátio COTRAN- Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte, Brasília-DF.	<b>FOTO 2:</b> Não existem estruturas reliquias do posto de abastecimento de combustíveis desativado. Vistoria em 13/02/2023. Pátio COTRAN- Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte, Brasília-DF.
 <p>13 de fev. de 2023 15:18:21 15.79301145547.86508656W</p>	 <p>13 de fev. de 2023 15:19:02 15.79289099547.86493125W</p>
<b>FOTO 3:</b> Não existem estruturas reliquias do posto de abastecimento de combustíveis desativado. Vistoria em 13/02/2023. Pátio COTRAN- Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte, Brasília-DF.	<b>FOTO 4:</b> Hidrante e torre reservatório de águas na área onde operava o posto de abastecimento de combustíveis desativado. Vistoria em 13/02/2023. Pátio COTRAN- Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte, Brasília-DF.







**FOTO 5:** Hidrante e torre reservatório de águas na área onde operava o posto de abastecimento de combustíveis desativado. Vistoria em 13/02/2023. Pátio COTRAN- Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte, Brasília-DF.



**FOTO 6:** Lava jato desativado, no local permanece a estrutura metálica da cobertura, solo cimentado e algumas caçambas plásticas. Vistoria em 13/02/2023. Pátio COTRAN- Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte, Brasília-DF.



**FOTO 7:** Lava jato desativado, no local permanece a estrutura metálica da cobertura, solo cimentado e algumas caçambas plásticas. Vistoria em 13/02/2023. Pátio COTRAN- Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte, Brasília-DF.



**FOTO 8:** Lava jato desativado, no local permanece a estrutura metálica da cobertura, solo cimentado e algumas caçambas plásticas. Vistoria em 13/02/2023. Pátio COTRAN- Setor de Garagens Ministeriais - anexo do Senado Federal, Via N2, Asa Norte, Brasília-DF.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE VIEIRA LOPES - Matr.0215811-6, Analista de Atividades do Meio Ambiente**, em 02/03/2023, às 07:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLA CASTANHEIRA - Matr.0264406-1, Analista de Planejamento Urbano e Infraestrutura**, em 02/03/2023, às 10:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **106944053** código CRC= **D3EAF32C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SEPN 511, BLOCO C - Bairro Asa Norte - CEP 70750-543 - DF